

Qualidade das informações contábeis em notas explicativas: uma perspectiva sobre a relevância e a materialidade nas empresas petrolíferas


DOI: 10.4025/enfoque.v45i2.71808

Andreia Vergineli Tricarico 

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis da (UFRJ)
E-mail: andreiatricarico@hotmail.com

Odilanei Moraes dos Santos 

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis da (UFRJ)
E-mail: odilanei@facc.ufrj.br

Rodrigo de Oliveira Leite 

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis da (UFRJ)
E-mail: rodrigo.oliveira@coppead.ufrj.br

Recebido em: 30.03.2024

Aceito em: 30.09.2024

2ª versão aceita em: 07.01.2025

RESUMO

Objetivo: Estabelecer se a quantidade de itens imateriais divulgados nas Notas Explicativas nas Demonstrações Financeiras de empresas petrolíferas reduziu após a revisão do conceito de materialidade divulgado no *Conceptual Framework*, bem como determinar quais características dessas empresas estão relacionadas com a divulgação desses itens não materiais.

Método: Na primeira etapa, realizou-se uma análise documental das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 98 empresas petrolíferas do período de 2015 a 2021 para identificar a divulgação de itens não materiais, utilizando *proxies* baseadas no Ativo Total, Patrimônio Líquido e Receita. Na segunda etapa, aplicou-se um modelo econométrico para identificar a associação entre a divulgação de itens não materiais e com certas características das empresas da amostra.

Originalidade/Relevância: Investigou-se se as informações reportadas nas Notas Explicativas cumprem seu objetivo de fornecer informações úteis, principalmente após a revisão do conceito de materialidade no *Conceptual Framework* em 2018. Isso porque a divulgação de informações irrelevantes nas Notas Explicativas pode dificultar a compreensão dos usuários finais, principalmente em se tratando de empresas com ações negociadas nos mercados de capitais de diversos países.

Resultados: Verificou-se que há uma quantidade elevada de itens imateriais sendo divulgados nas Notas Explicativas de empresas petrolíferas, com percentual de mais 40% de itens imateriais em alguns casos. Adicionalmente, apenas a hipótese relacionada ao risco de litígio não pode ser rejeitada, concluindo que existem evidências para sustentar que o sistema jurídico de países com maior risco de litígios está associado à maior divulgação de itens imateriais.

Contribuições teóricas/metodológicas/práticas: A quantidade de informações imateriais divulgadas pelas empresas petrolíferas sugere que ainda há um longo caminho a ser percorrido para tornar as Notas Explicativas mais assertivas quanto à qualidade das informações divulgadas, direcionando o olhar para as informações que realmente são relevantes e atendendo ao objetivo de produzir informações úteis para os seus usuários, considerando também os benefícios para a divulgação das informações *versus* os custos para prepará-las.

Palavras-chave: Notas Explicativas; Materialidade; Empresas Petrolíferas.

Quality of accounting information in notes: a perspective on relevance and materiality in oil companies

ABSTRACT

Objective: We evaluate whether the number of immaterial items disclosed in the Notes to the Financial Statements of oil companies decreased after the review of the concept of materiality disclosed in the Conceptual Framework and what characteristics of these companies can explain the disclosure of non-material items.

Method: In the first stage, we analyzed the Notes to the Financial Statements of 98 oil companies from 2015 to 2021 to identify the disclosure of non-material items and used proxies based on Total Assets, Equity, and Revenue. In the second stage, we applied an econometric model to identify the relationship between the disclosure of non-material items and the specific characteristics of the sample companies.

Originality/Relevance: We investigate whether the information reported in the Notes meets its objective of providing useful information, especially after reviewing the concept of materiality in the Conceptual Framework in 2018. This is because the disclosure of irrelevant information in the Notes may hinder the understanding of end users, especially in the case of companies with shares traded in the capital markets of several countries.

Results: We found many immaterial items disclosed in the Notes of oil companies, with over 40% of immaterial items in some cases. Additionally, only the hypothesis related to the risk of litigation cannot be rejected, concluding that evidence supports that the legal system of countries with a higher risk of litigation is associated with greater disclosure of immaterial items.

Theoretical/methodological/practical contributions: The number of immaterial items disclosed by oil companies suggests that there is still a long way to go to make the Explanatory Notes more assertive regarding the quality of the information disclosed, looking at the information that is relevant and meeting the goal of producing useful information for its users.

Keywords: Notes to the Financial Statements; Materiality; Oil Companies.

1 INTRODUÇÃO

As novas exigências de divulgação trazidas pelos padrões contábeis emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão responsável pela elaboração e publicação das normas internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), fizeram com que as Notas Explicativas ganhassem mais notoriedade, já que os números divulgados nas demonstrações contábeis passaram a ser explicados de forma mais detalhada, como também foram utilizadas para apresentar as novas normas, repetindo basicamente o seu texto (Cruz, 2019). As Notas Explicativas têm como objetivo fornecer a descrição dos itens apresentados nas demonstrações, mesmo aqueles que não foram objeto de reconhecimento contábil, positivo ou negativo da entidade, relevantes e oportunos (European Financial Reporting Advisory Group [EFRAG], 2012).

Diante de um cenário de maior detalhamento nas Notas Explicativas e com a finalidade de orientar os preparadores das informações contábeis sobre conceitos universais, o IASB emitiu o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*. A norma declara que a informação contábil deve ser útil ao usuário final, sendo representada por palavras e números que, para serem úteis, não devem apenas expressar fenômenos relevantes, mas também informar de forma fidedigna a essência dos fenômenos (International Accounting Standards Board [IASB], 2008).

Em 2018, com a intenção de aperfeiçoar algumas orientações, dentre elas, a confirmação do conceito de materialidade, o IASB revisou o *Conceptual Framework for Financial Reporting*, trazendo o entendimento de que a informação contábil é considerada material se a sua omissão, erro ou ocultação puder influenciar de forma razoável as decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis (IASB, 2018). Esse entendimento corrobora com as conclusões reportadas no *exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*, que observou a ansiedade dos preparadores em interpretar o item 31 do IAS 1.

Segundo o item 31 do IAS 1, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica se a informação resultante da divulgação não for material, mesmo em situações que sejam exigidas por alguma norma. Por outro lado, a entidade deve fornecer divulgações adicionais quando os requisitos específicos de uma norma forem insuficientes para permitir que os usuários das demonstrações contábeis compreendam o impacto de determinadas transações, outros eventos e condições sobre a posição e o desempenho financeiros da entidade (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2011).

Voltado para um cenário de avaliação das informações em Notas Explicativas, Martins (2016) analisou empresas participantes do Prêmio Transparência Anefac/Fipecafi/Serasa, inferindo que havia um elevado percentual de informações irrelevantes. Corroborando com essa análise, Pinheiro et al. (2017) estudaram a aplicação do conceito de materialidade nas informações divulgadas em Notas Explicativas das empresas JSL e Tegma, concluindo que entre 27% e 33% das informações poderiam ter sido excluídas com base nos critérios de materialidade estabelecidos, sem o comprometimento da qualidade do documento.

Algumas características institucionais dos países sedes das empresas podem ser norteadoras para explicar o nível das divulgações contábeis nas notas explicativas. Aspectos macroeconômicos, políticos e legais podem influenciar no grau e na quantidade de informações divulgadas pelas empresas. Dentre estes determinantes, destaca-se a origem legal, que geralmente define os respectivos sistemas jurídicos. Essa abordagem torna-se oportuna para esta pesquisa, pois a quantidade de informações divulgadas pode estar associada ao tipo de sistema jurídico adotado, tal como o *code law* ou o *common law*, dado que a tendência é que países *code law* possuam uma divulgação de forma mais resumida, enquanto naqueles que adotam o *common law* tem a evidenciação como papel central.

Corroborando com essa narrativa, Lourenço (2014) destaca que os países onde se verifica maior cumprimento das exigências de divulgação são os que se baseiam no sistema *common law*.

Pesquisas existentes tem tentado evidenciar as características das Notas Explicativas em termos de extensão (tamanho) e divulgação de informações imateriais, tais como Santos et al. (2019), que observaram as empresas brasileiras e o atendimento aos requerimentos da orientação OCPC 07, além de Martins (2016), Pinheiro e Boscov (2015) e Pinheiro et al. (2017), dentre outros. Apesar dos esforços dos órgãos normatizadores para o aperfeiçoamento dos conceitos, ressalta-se o fato de que a materialidade é um conceito de difícil definição, e as evidências empíricas disponíveis ainda não são conclusivas, principalmente em função da utilização de *proxies* diversas para a definição da materialidade (Martins, 2016; Castro et al., 2019; D'Adduzio, 2020).

Nesse contexto, optou-se por estudar as divulgações em notas explicativas de um setor econômico específico, como o petrolífero, pois se trata de um segmento com empresas presentes em diversos mercados de capitais e cuja participação em termos de negociação de ações e quantidade investidores é normalmente significativa, a exemplo da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), cujo índice S&P 500 é representado entre 5 a 10% por empresas de energia.

Empresas desse segmento estão entre as mais valiosas, conforme destaca o *ranking* da Fortune (2021). Nele observa-se a Exxon Mobil (10ª posição), com valor de mercado estimado em USD 236 bilhões e a Chevron (27ª posição), com USD 202 bilhões, na data base de 31 de março de 2021. Portanto, a escolha pelo segmento de óleo e gás sustenta-se por ser um segmento que apresenta movimentação de valores expressivos na economia mundial, contribuindo fortemente para a cadeia produtiva de bens, consumo e de serviços. Além disso, é um segmento que apresenta uma base de investidores expressiva e sendo eles os principais usuários das informações contábeis, o estudo das Notas Explicativas das empresas desse segmento mostra-se pertinente.

Buscou-se responder as seguintes questões de pesquisa: (a) Qual o nível de divulgação de itens não materiais nas demonstrações contábeis das companhias petrolíferas após a revisão do conceito de materialidade realizada pelo IASB? (b) Quais características estão relacionadas ao nível de divulgação de itens não materiais?

Assim, tem-se por objetivo: (a) estabelecer a quantidade de itens imateriais divulgados pelas empresas petrolíferas em suas Notas Explicativas após a revisão do conceito de materialidade na norma *Conceptual Framework* e, (b) determinar quais características das empresas estudadas estão relacionadas com a divulgação desses itens não materiais. Portanto, investiga-se se as informações reportadas nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas cumprem seu objetivo de fornecer informações úteis, principalmente após a revisão do conceito de materialidade no *Conceptual Framework* em 2018. A relevância reside no fato de que informações irrelevantes divulgadas nas Notas Explicativas dificultam a compreensão de seus usuários finais, principalmente, quando se trata de empresas com ações negociadas nos mercados de capitais de diversos países e com relevante base de investidores.

Espera-se que os achados possam alimentar o processo decisório dos órgãos normatizadores, tais como IASB, FASB e CPC, não somente para permitir reflexões a partir do fornecimento de uma análise baseada em dados concretos, mas também no sentido de fomentar um debate sobre os critérios quantitativos, ou definições de percentuais para aplicação da materialidade.

Adicionalmente, destaca-se a relevância para a academia, mercado e investidores, pois a discussão sobre a relevância e materialidade, proposta por essa pesquisa, é com o enfoque de entender quais são as características que levam os preparadores das demonstrações contábeis a divulgar informações com baixo nível de materialidade nas Notas Explicativas, visto que a pesquisa verificou se as informações reportadas nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas atendem às orientações das normas internacionais, considerando o comportamento dos seus preparadores no que diz respeito à escolha das informações relevantes, bem como a qualidade da informação contábil nas Notas Explicativas, após a revisão da norma contábil internacional *Conceptual Framework*.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Teoria da Divulgação e Revisão do Conceito de Materialidade

O embate entre divulgar as informações com a maior detalhamento possível ou manter o sigilo quanto às decisões estratégicas da companhia, observando os custos para produzi-las é que paira a teoria da divulgação. À vista disso, busca-se encontrar o ponto ideal entre os interesses externos e internos e as motivações que levam as companhias a divulgarem os seus dados ao mercado. A teoria da divulgação tem como objetivo explicar o incentivo para os gestores realizarem a divulgação de informações financeiras, tal como explicar as razões e apresentar os efeitos financeiro e econômico produzidos para a organização por intermédio dessa ação de divulgar informações específicas sobre conhecimento, até então, apenas da gestão da empresa (Verrecchia, 2001).

A teoria da divulgação, conforme Verrecchia (2001), é constituída por três tipos de estudos: (i) divulgação baseada na associação, (ii) divulgação baseada em julgamento e (iii) divulgação baseada na eficiência. Ainda segundo o autor, o primeiro grupo tem como objetivo principal investigar a relação entre a divulgação e as mudanças nas atitudes de investidores, os quais competem no mercado com a expectativa de potencializar o patrimônio. O grupo seguinte trata da divulgação baseada em julgamento, o qual procura examinar a decisão dos preparadores em divulgar determinadas informações. Por fim, o terceiro grupo baseia-se em eficiência, o qual investiga qual conjunto de divulgação é preferido na ausência de conhecimento anterior da informação.

Seguindo o entendimento sobre a teoria da divulgação, Cunha e Ribeiro (2016) concluíram que a divulgação baseada no julgamento se fundamenta no conceito de seleção adversa, cuja condição é a existência de assimetria informacional. Os autores observaram que empresas que possuem resultados financeiros positivos têm incentivo maior para divulgar essas perspectivas e outras informações, pois acreditam que os custos relacionados a elas são compensados pelos benefícios, ao contrário das empresas com resultados financeiros negativos, que possuem resultados que não compensam a divulgação.

De acordo com o contexto apresentado e visando entender os motivos que levam a divulgar informações abaixo do nível de materialidade em empresas petrolíferas, essa pesquisa firmou uma compreensão na divulgação baseada em julgamento, visto que será analisado se informações reportadas

nas Notas Explicativas das empresas de petrolíferas atendem às orientações das normas internacionais, considerando o comportamento dos seus preparadores no que diz respeito à escolha das informações relevantes, bem como a qualidade da informação contábil nas Notas Explicativas após a revisão do *Conceptual Framework*.

A complexidade das transações e eventos econômicos nas demonstrações contábeis e a quantidade de informações reportadas nas Notas Explicativas, já estava sendo discutida por diversos fóruns. O *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) promoveu um fórum de discussão a respeito do tema em 2012, resultando no documento *Towards a Disclosure Framework for the Notes*. O principal objetivo do fórum era sugerir a elaboração de uma estrutura de divulgação como prioridade, propondo, dessa maneira, aumentar a qualidade das informações apresentadas nas Notas Explicativas.

Ainda segundo o EFRAG, a transformação das informações divulgadas em Notas Explicativas foi motivada pelos seguintes fatores: (i) aumento no nível de complexidade das transações e eventos econômicos; (ii) dificuldade da aplicação do conceito de materialidade para as informações divulgadas nas Notas Explicativas; (iii) utilização de *checklists* de divulgação; e (iv) curto tempo para a emissão dos relatórios (EFRAG, 2012).

No ano seguinte, o IASB divulgou o documento *Discussion Forum – Financial Reporting Disclosure*, no qual reportava diversas manifestações de usuários, preparadores e auditores a respeito de dificuldades relativas à qualidade das Notas Explicativas. Além disso, foi criado um grupo para discutir mais especificamente *Disclosure Initiative*. Adicionalmente, o IASB também divulgou o *staff paper* sobre o projeto *Disclosure Initiative sobre Materiality* (IASB, 2013). Diante do mesmo foco, em 2014, o mesmo órgão emitiu o *exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*, com o objetivo de introduzir modificações no IAS 1 (IASB, 2014).

À época, o órgão concluiu que a materialidade não estava sendo bem aplicada na prática, em função da falta de clareza nas orientações emitidas no IAS 1, sugerindo eventuais mudanças nos itens que tratavam sobre a materialidade. Por fim, recomendaram a criação de projeto para avaliar as orientações existentes sobre a materialidade nas demais normas. Seguindo a tendência de pesquisa, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), em março de 2014, emitiu o *Proposed Statement of Financial Accounting Concepts, Conceptual Framework for Financial Reporting, Chapter 8: Notes to Financial Statements*, sendo intitulado como estrutura conceitual para a emissão das Notas Explicativas (Financial Accounting Standards Board [FASB], 2014).

Com a finalidade de facilitar o julgamento sobre a materialidade, em 2018 o IASB revisitou o conceito correspondente, dado que algumas empresas tiveram dificuldades em usar a definição que estava em vigor, ao julgar se as informações eram materiais para inclusão nas demonstrações financeiras (IASB, 2018).

Dessa maneira, Santos et al. (2014) estudaram o tamanho das demonstrações contábeis, dado que havia preocupações sobre o fato de as demonstrações contábeis estarem se tornando cada vez maiores e mais onerosas para as empresas. Os autores concluíram que houve uma evolução normativa que resultou em um acúmulo de exigências de divulgação, não havendo, portanto, uma revisão sobre a sua utilidade e materialidade, afetando diretamente a qualidade informacional. O entendimento é no sentido de que as Notas Explicativas devem contribuir para o processo de melhoria na qualidade das informações contábeis e que atendam às necessidades dos usuários em determinado momento (Iudicibus et al., 2000).

É nesse ambiente que emergem as discussões desta pesquisa, que vão desde a observância das informações relevantes divulgadas pelas companhias petrolíferas, sob a ótica dos conceitos de materialidade e de relevância definidos pelas normas do IASB e no incentivo para os gestores realizarem a divulgação de informações financeiras, conforme abordado na teoria da divulgação (Verrecchia, 2001), até a melhoria da qualidade das informações contábeis, após a revisão do conceito de materialidade pontuado no *Conceptual Framework*.

2.2 Pesquisas Relacionadas à Materialidade e à Relevância nas Notas Explicativas

Segundo o *Conceptual Framework for Financial Reporting*, a relevância é uma característica qualitativa fundamental, assim como a representação fidedigna. A explicação é no sentido de considerar informações que devem fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Além disso, precisam ter um valor preditivo, confirmatório, ou os dois. Quanto a materialidade, ela é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto das demonstrações contábeis. A Estrutura Conceitual complementa, mencionando que não há como especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica, ou seja, fica a cargo dos preparadores a determinação do que deve ou não ser divulgado (IASB, 2018).

A norma IAS 1 específica em seu item 31 que a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica se não for material, todavia deve-se observar a necessidade de publicar informações adicionais não exigidas em normas, se essas forem consideradas materiais (IASB, 2011). Este item também foi discutido no *exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*, o qual motivou a sua alteração.

Ruberto e Alves (2015) analisaram as características qualitativas, dentre elas a relevância, na divulgação informacional em Notas Explicativas das dez maiores empresas brasileiras apontadas no *ranking* de 2015 da Forbes. Eles compararam o que estava definido nas políticas contábeis dessas empresas com as informações contidas nas Notas Explicativas. Nesse cenário, os autores auferiram que todas as informações prestadas possuem caráter relevante, evidenciando um fator essencial na elaboração das Notas Explicativas.

De forma complementar, D'Adduzio (2020) apresentou dados para a baixa materialidade, tendo como *proxy* valores abaixo de 0,5% do total de ativos. Sua avaliação foi baseada nas informações quantitativas dos relatórios anuais. A autora auferiu que a decisão em divulgar dados imateriais está positivamente associada com incerteza macroeconômica, risco de litígio no nível da empresa e aversão ao risco no nível do gerente, mas não com o incentivo de um gerente para ofuscar informações.

A fim de alinhar os conceitos à prática, Pinheiro e Boscov (2015) estudaram a aplicação do conceito de materialidade nas informações divulgadas em Notas Explicativas nas companhias do segmento de transporte rodoviário listadas na B3, concluindo que entre 27% e 33% das informações poderiam ter sido excluídas com base nos critérios de materialidade estabelecidos, sem o comprometimento da qualidade do documento. Esse levantamento contribui para o entendimento de que as empresas à época estavam divulgando informações sem observar o item 31 da norma CPC 26 (alterado pela revisão do CPC 08) (CPC, 2011), o qual orientava que as companhias não precisam divulgar informações que não sejam materiais.

Corroborando com essa análise, Martins (2016) selecionou demonstrações divulgadas em 2015 de 25 empresas participantes do Prêmio Transparência Anefac/Fipecafi/Serasa, o qual determinou como critério para a materialidade os percentuais acima de 1,5% do total do ativo, 2,5% do total do patrimônio líquido e 10% do valor do lucro líquido em comparação com as próprias demonstrações contábeis. Seu levantamento resultou nos seguintes dados: (i) 20% das linhas do balanço e na demonstração de resultados são sobre valores irrelevantes;

(ii) no fluxo de caixa, 43% das linhas apresentam valores irrelevantes; (iii) nas notas explicativas, o percentual chegou a 35%, com valores inferiores ao estabelecido como material.

Seguindo nessa linha de pesquisa, Castro et al. (2019) analisaram companhias industriais brasileiras do segmento de alimentos processados listadas na B3, concluindo por uma elevada proporção de itens que não atendiam à materialidade estabelecida para o estudo, no caso, 1% da Receita Líquida nas demonstrações contábeis, entre os anos de 2010 e 2016.

Rainero et al. (2020) argumentam que, embora a materialidade possa ser expressa usando limites de porcentagens como valores bases, deve-se pontuar a falta de consenso em determinar padrões para os limites de materialidade entre auditores, preparadores e usuários, indicando a necessidade de diretrizes para

sua aplicação. Consolidando esse entendimento, ressalta-se o estudo de Torelli et al. (2020). Os autores investigaram a relação entre as partes interessadas com o nível de aplicação da materialidade nos relatórios não financeiros publicados para o exercício de 2017 de empresas italianas. A conclusão foi a de que, para atingir altos níveis de implementação da materialidade, é fundamental que haja uma relação estreita entre os *stakeholders* e as empresas.

Avi (2022) abordou os conceitos de relevância e materialidade na contabilidade financeira, dado eles têm diferentes interpretações dependendo do país, embora geralmente as diferenças sejam nuances difíceis de identificar. Ela discute como esses conceitos se desenvolveram historicamente e como são aplicados em diferentes normas internacionais de contabilidade e esclarece que a materialidade é considerada um aspecto específico de relevância, com base na natureza ou magnitude dos itens nas demonstrações financeiras. Por fim, ela sugere que pode ser benéfico simplificar a terminologia utilizada, fundindo os termos relevância e materialidade em um único conceito, para evitar problemas de interpretação e tradução em diferentes países.

2.3 Hipóteses de Pesquisa

A temática proposta foi o de avaliar se a quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas nas empresas petrolíferas reduziu após a revisão do conceito de materialidade divulgado no *Conceptual Framework*, bem como entender quais características das empresas estudadas podem explicar a divulgação de itens não materiais.

Dado o contexto, Malaquias e Silveira (2020), que estudaram o nível de facilidade de leitura de relatórios escritos em português, concluíram que o tamanho das Demonstrações Contábeis está associado à facilidade de leitura, inferindo que relatórios maiores apresentam menor legibilidade. Posto isso, estabeleceu-se a hipótese H₁ de pesquisa para avaliar se o tamanho das Notas Explicativas reduziu após a revisão do conceito de materialidade.

H₁: Houve redução na divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas após a revisão das orientações sobre a materialidade realizada pelo IASB.

Na sequência, busca-se relacionar algumas características que possam ajudar a compreender a divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas. Com a finalidade de capturar a sensibilidade entre o risco de litígio e a quantidade de informações imateriais, foi desenvolvida a hipótese H₂, que se baseou nos achados de Holanda (2015), no qual objetivou a avaliação entre a materialidade das informações, a origem legal dos países, e o nível de cumprimento de requisitos de divulgação.

De acordo com a autora, empresas localizadas em países de origem legal *common law*, tendem a apresentar *disclosure* de maior relevância. Por outro lado, empresas sediadas em países *code law* tendem a divulgar mais informações nem sempre relevantes, incentivadas a evitar risco de litígio.

H₂: O sistema jurídico adotado pelos países, onde as empresas petrolíferas estão sujeitas a um risco maior de litígios, está associado à maior divulgação de itens imateriais.

Em relação aos anos de gestão do presidente da empresa (CEO), pesquisas precedentes, como a de Vargas et al. (2020), propõe uma avaliação associando os anos de mandato com a quantidade de itens imateriais. Dessa forma, foi desenvolvida uma hipótese a fim de inferir sobre a influência do CEO na divulgação de itens imateriais sob o pressuposto da predisposição de CEO em início de mandato em se expor mais ao mercado para se fazer mais conhecido junto aos *stakeholders* e detalhar sua gestão, inclusive para mitigar um possível risco de desligamento (D'Adduzio, 2020).

Assim, a hipótese estabelece que quanto mais tempo no cargo, é esperado uma menor divulgação de itens imateriais. A hipótese investigada é a que segue.

H₃: Empresas petrolíferas que possuem CEO com mais tempo de mandato divulgam menos informações imateriais em suas notas explicativas.

Sob o aspecto do desempenho empresarial, Monteiro et al. (2021) afirmam que há evidências de que os gestores podem reduzir a legibilidade das informações nos relatórios com o objetivo de ofuscar informações, quando suas empresas não apresentam o desempenho esperado para aquele período. Ou seja, o baixo desempenho empresarial afeta a quantidade de itens imateriais divulgados D'Adduzio (2020). Nesse sentido, a hipótese H₄ tem a seguinte formulação.

H₄: Empresas petrolíferas com baixo desempenho empresarial divulgam mais informações imateriais em suas notas explicativas.

Para Monteiro et al. (2021), há uma relação significativa e positiva entre empresas de grande porte e a legibilidade das informações, pois possuem maior necessidade de divulgar informações com maior grau de qualidade aos usuários externos. Segundo Holanda (2015), empresas maiores sofrem pressões por parte dos usuários das informações e do mercado de capitais, levando-as a divulgar uma quantidade excessiva de informações em Notas Explicativas. Portanto, desenvolveu-se a seguinte hipótese.

H₅: Empresas petrolíferas maiores divulgam mais informações imateriais em suas notas explicativas.

3 METODOLOGIA

3.1 Amostra e Coleta de Dados

A população alvo compreendeu todas as empresas petrolíferas listadas no *S&P Global Platts Top 250 Global Energy Company Rankings*. Este *ranking* é elaborado com base no valor patrimonial, receitas, lucros e retorno sobre o capital investido das empresas e tomou como base o *ranking* do ano de 2021 (Standard & Poor's Global [S&P GLOBAL], 2021).

Ressalta-se que o *ranking* também distingue o melhor desempenho em nove subcategorias do setor. A sua segregação é composta de empresas de carvão e combustíveis consumíveis, utilidade diversificada, utilidade elétrica, exploração e produção, utilidade de gás, produtores independentes de energia, petróleo e gás integrados, refino e marketing, armazenamento e transferência. Para este estudo, foram escolhidas empresas classificadas nas subcategorias de Empresas de Petróleo e Gás Integradas e Empresas de Exploração e Produção, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1
"Composição da amostra".

Subcategoria	Quantidade
Empresas Petróleo e Gás Integradas	2
	7
Empresas de Exploração e Produção	1
	0
Número de Empresas	3
	7

Fonte: S&P Global Platts Top 250 Global Energy Company Rankings (2021).

O estudo compreendeu os três anos anteriores a revisão do conceito de materialidade divulgado no *Conceptual Framework* (2015, 2016 e 2017), o próprio ano da revisão (2018) e três anos posteriores (2019, 2020 e 2021), de modo a ser possível verificar o comportamento das empresas da amostra sobre a divulgação das informações contábeis. Adicionalmente, verificou-se a nacionalidade das empresas, de acordo com o país sede, no sentido de selecionar somente aquelas que divulgam as informações com base nas IFRS. Por fim, examinou-se na base *Evaluate Energy* o ano de convergência para que fossem selecionadas somente demonstrações contábeis dentro do período analisado, como indicado na Tabela 2 (Evaluate Energy, 2022).

Tabela 2
“Nacionalidade e ano de convergência”.

Empresas	Nacionalidade	Ano de convergência
OMV Aktiengesellschaft	Áustria	2005
Petróleo Brasileiro SA – Petrobras	Brasil	2010
TotalEnergies SE	França	2002
Royal Dutch Shell plc	Reino Unido	2002
BP plc	Reino Unido	2002
Repsol SA	Espanha	2002
Suncor Energy Inc	Canadá	2011
MOL Hungarian Oil & Gas Co	Hungria	2002
Cenovus Energy Inc	Canadá	2011
Galp Energia, SGPS, SA	Portugal	2002
Canadian Natural Resources Ltd	Canadá	2011
Tourmaline Oil Corp	Canadá	2011
Lundin Energy AB (publ)	Suécia	2002

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados foram coletados nos próprios *sites* das empresas e foi realizada durante o mês de junho de 2022, sendo selecionadas as demonstrações contábeis findas entre os anos de 2015 e 2021. Trata-se de uma amostragem intencional não probabilística, conforme Martins e Theóphilo (2007). O número de empresas utilizadas na amostra foi definido conforme descrito na Tabela 3.

Tabela 3
“Composição da amostra”.

Detalhamento	Dado por Empresa	Quantidade Total
Amostra conforme a S&P <i>Global Platts Top 250</i>	37	259
(-) Demonstrações de empresas não optantes pela IFRS	(18)	(126)
(-) Demonstrações não disponibilizadas nos sites das empresas/excluídas	(5)	(35)
Número de demonstrações financeiras (Observações) Empresa x Anos	14	98

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 expõe o número final de Demonstrações Financeiras utilizadas no estudo, composta por 14 empresas de Petróleo, Gás e Energia para 7 anos completos (2015 a 2021). Por meio desse levantamento, foram retiradas as empresas que apresentavam demonstrações com base em outras normas, que não as IFRS, pois não atendem ao perfil proposto para essa pesquisa, perfazendo um total de 126 observações. Na sequência, também foram desconsideradas as empresas que apresentaram a divulgação das demonstrações de forma incompleta, totalizando 35 observações. Conforme demonstrado, após todas as eliminações, chegou-se a uma amostra com 98 observações.

3.2 Quantificação das Variáveis Dependentes

Para a primeira etapa da pesquisa, realizou-se uma análise inicial das demonstrações contábeis utilizando o programa Adobe Acrobat Pro (64-bit), o qual permitiu (i) a contagem do número de páginas; e (ii) o levantamento dos itens imateriais nas Notas Explicativas. Na sequência, foi realizada a conversão de todos os arquivos do Adobe Acrobat Pro para o Microsoft 365 Word. Essa operação permitiu a contagem

dos caracteres contidos nas Notas Explicativas, por meio da ferramenta *Word Counter* (Contagem de Palavras) do Microsoft Word, considerando a contagem dos caracteres (sem espaços) e incluindo as informações contidas nas caixas de texto, notas de rodapé e notas de textos.

O objetivo desse procedimento inicial foi investigar o comportamento das Notas Explicativas das empresas da amostra em termos de tamanho das notas explicativas, por meio da quantidade de páginas e caracteres e divulgação de itens imateriais no período de 2015 a 2021. Os dados obtidos foram tratados e analisados tendo por base a utilização da estatística descritiva.

3.3 Demais Variáveis

A segunda etapa da pesquisa contemplou análises econométricas aos dados coletados, com a utilização do *software* estatístico Gretl 2021b. A operacionalização se deu por meio da aplicação da técnica de regressão linear múltipla com dados em painel balanceado (Gujarati, 2006). Fávero (2013) julga que os estudos das áreas de contabilidade e finanças tendem a utilizar modelos econométricos para dados em painel, visto que, a adoção dessa metodologia é adequada, dado que o presente trabalho utiliza dados relativos de um número de empresas (quatorze) que são observadas ao longo de diferentes períodos (sete anos). Para as análises, utilizou-se os níveis de significância normalmente empregados nas pesquisas, ou seja, 1%, 5% e 10% de significância.

Os dados coletados permitiram a mensuração da variável dependente, derivada da utilização dos percentuais utilizados no estudo de Martins (2016) e Castro et al. (2019) para a identificação dos itens considerados irrelevantes, quais sejam: itens divulgados nas Notas Explicativas com valores abaixo de 1,5% do Ativo Total, 2,5% do Patrimônio Líquido ou 1% da Receita. Com isso, a variável dependente possui três dimensões: (i) quantidade de itens imateriais com base no percentual estabelecido sobre o Ativo Total (IMatAT); (ii) quantidade de itens imateriais com base no percentual estabelecido sobre o Patrimônio Líquido (IMatPL); e (iii) quantidade de itens imateriais com base no percentual estabelecido sobre a Receita (IMatRec).

Importante destacar que, a despeito da determinação de percentuais usados nesta pesquisa, a base normativa existente não estabelece quais seriam os critérios quantitativos a que preparadores de demonstrações contábeis deveriam utilizar, sendo uma questão de julgamento. Assim, o tratamento realizado para a variável dependente constitui uma limitação da pesquisa. Apesar disso, D'Adduzio (2020) pontua que medidas percentuais e/ou logarítmicas são boas fontes de informação, pois por meio delas é possível examinar o comportamento de valores menores em relação aos valores maiores.

Para verificar se as empresas assimilaram o novo do conceito de materialidade, foi utilizada uma variável *dummy* (DMAT) que assume "0" para os anos anteriores a revisão do conceito de materialidade do *Conceptual Framework* (2015, 2016 e 2017) e "1" para 2018 e os demais anos após a revisão (2019, 2020 e 2021). Para isso, espera-se que haja uma relação negativa ($\beta_1 < 0$), de modo que no período após a revisão do conceito, menos itens imateriais deveriam ser divulgados pelas empresas visando atender à orientação estabelecida na norma, selecionando com mais critério por parte dos preparadores das demonstrações contábeis, com a finalidade promover um julgamento mais criterioso sobre as informações que devem ser publicadas.

Adicionalmente, baseado no estudo de Castro et al. (2019), estabeleceu-se uma variável descritiva relacionada a quantidade de caracteres divulgadas nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, que foi calculada com base no recurso *Word Counter*. A variável foi tratada utilizando-se logaritmo (LnCarac). A expectativa é por uma relação positiva ($\beta_2 > 0$), em que, quanto menor o número de caracteres, menor a divulgação de itens imateriais. Os resultados obtidos com as variáveis DMAT e LnCarac foram utilizados para avaliar a hipótese H₁, de que houve redução da divulgação de itens imateriais.

De acordo com Holanda (2015), espera-se que empresas sediadas em países *code law* divulguem uma quantidade maior de informações imateriais em suas Notas Explicativas para mitigar eventual risco de litígio. Assim, incorporou-se uma variável *dummy* como *proxy* para o risco de litígio (DRisLit), objetivando verificar o comportamento das empresas petrolíferas sediadas nos países tipicamente de regime *code law*

(mensuradas com valor 1) e *commom law* (mensuradas com valor 0). Assim, espera-se que a variável assumira uma relação positiva ($\beta_3 > 0$) e os resultados são utilizados para validação da hipótese H₂.

A variável representativa do tempo de mandato dos presidentes (CEO) de empresas (CEOTenure) foi mensurada como uma *dummy*, que assume valor “1” para os presidentes que estão a cinco ou mais anos no cargo, e valor “0” caso o contrário. A relação esperada é que os presidentes de empresas petrolíferas a mais tempo de mandato decidem divulgar menos informações para o mercado, consequentemente, menos itens imateriais (hipótese H₃), assim como utilizado por D’Adduzio (2020), mas com uma lógica inversa, ou seja, naquele estudo os CEOs com mandatos mais curtos, fornecem mais informações com menor materialidade, para mitigar eventuais custos associados a não divulgação. Portanto, como a *dummy* de valor “1” refere-se a presidentes com muitos anos no cargo, o sinal esperado da variável é negativo ($\beta_4 < 0$).

No contexto das decisões empresariais, assim como em D’Adduzio (2020), para avaliar se o desempenho das empresas petrolíferas mantém relação com a quantidade de itens imateriais divulgados, adotou-se a variável retorno sobre o ativo (ROA) como *proxy* para desempenho. Assumiu-se que um baixo desempenho leva a um aumento na quantidade de itens imateriais divulgados (hipótese H₄), ou seja, uma relação negativa ($\beta_5 < 0$).

Grandes empresas estão sujeitas a um maior escrutínio por parte dos investidores, credores e *stakeholders* em geral, conforme Holanda (2015). Visando capturar a influência do tamanho da empresa sobre a divulgação de itens imateriais e considerando as características das empresas da amostra, utilizou-se uma variável para tamanho (SIZE).

Normalmente, a literatura aponta para a utilização do total do ativo como *proxy* para essa variável. Contudo, em função do setor estudado, em que as reservas petrolíferas são fundamentais para o negócio, utilizou-se a quantidade das reservas provadas de petróleo (conhecidas como reservas 1P) como *proxy* para o tamanho das empresas petrolíferas. Os dados sobre reservas foram obtidos na base *Evaluate Energy*. Como se espera que grandes empresas petrolíferas divulguem uma maior quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas (hipótese H₅), a relação esperada é positiva ($\beta_6 > 0$).

3.4 Modelo Estatístico

Para atender ao objetivo de avaliar se a divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas reduziu após a revisão do conceito de materialidade divulgado no *Conceptual Framework*, e quais são características das empresas estudadas que podem explicar a divulgação desses itens não materiais, foi utilizado o seguinte modelo de regressão.

$$IMat_{it} = \beta_0 + \beta_1DMAT + \beta_2LnCaracit + \beta_3DRisLit + \beta_4CEOTenureit + \beta_5ROAit + \beta_6$$

A especificação das variáveis do modelo consta na Tabela 4.

Tabela 4
“Variáveis do modelo”.

Variável	Descrição	Operacionalização	Sinal Esperado
IMatAT _{it}	Itens imateriais com base no critério do Ativo Total.	Itens imateriais divulgados representados pela quantidade de itens menores que 1,5% do Ativo Total da empresa i no período t.	N/A
IMatPL _{it}	Itens imateriais com base no critério do Patrimônio Líquido.	Itens imateriais divulgados representados pela quantidade de itens menores que 2,5% do Patrimônio Líquido da empresa i no período t.	N/A
IMatRec _{it}	Itens imateriais com base no	Itens imateriais divulgados representados	N/A

Continua ...

Variável	Descrição	Operacionalização	Sinal Esperado
	critério da Receita.	pela quantidade de itens menores que 1% da Receita da empresa i no período t .	
DMAT	Variável para os anos em que as demonstrações contábeis foram publicadas.	Representa a <i>dummy</i> que assume valor "0" para os anos anteriores (2015, 2016 e 2017) e valor "1" para os anos seguintes (2018, 2019, 2020 e 2021) à revisão do conceito de materialidade.	(-)
LnCarac _{it}	Variável para a quantidade de caracteres das demonstrações contábeis publicadas.	Representa o logaritmo natural da quantidade de caracteres constante nas notas explicativas publicadas da empresa i no período t .	(+)
DRisLit	Variável para capturar os efeitos dos regimes jurídicos típicos dos países sedes das empresas em relação aos riscos de litígios.	Representa a <i>dummy</i> que assume valor "0" para os países com regimes típicos <i>commom law</i> e valor "1" para os países tipicamente conhecidos como <i>code law</i> .	(+)
CEOTenure _{it}	Variável para capturar os efeitos dos mandatos dos CEO das empresas.	Para cada empresa i no período t , representa a <i>dummy</i> que assume valor "0" nas empresas em que os CEO estão a menos de 5 anos no cargo e valor "1" nos casos de 5 anos ou mais no cargo.	(-)
ROA _{it}	Variável que representa o desempenho das empresas.	Representa o quociente entre o resultado e o total de ativos da empresa i no período t .	(-)
SIZE _{it}	Variável que representa o tamanho das empresas.	Representa o volume de reservas provadas (1P) da empresa i no período t .	(+)

Fonte: Dados da pesquisa.

A equação 1 foi utilizada em três modelos distintos, sendo um para cada uma das três variáveis dependentes, mensuradas conforme os critérios utilizados para definição dos itens imateriais divulgados nas notas explicativas das empresas petrolíferas, ou seja, um modelo com base no critério do Ativo Total, outro para o critério do Patrimônio Líquido e, finalmente, um modelo utilizando o critério da Receita.

3.5 Resultado dos Testes Diagnósticos e Validação

Realizou-se os testes para validação dos pressupostos básicos das regressões. Quanto ao teste de normalidade dos resíduos, apenas o modelo utilizando o Patrimônio Líquido para mensuração da variável dependente indicou violação desse pressuposto. Contudo, se valeu do Teorema do Limite Central (Stevenson, 2001) para relaxar esse pressuposto. Em relação à colinearidade, o teste VIF indicou 1,479 como maior valor, no caso para a variável LnCarac (número de caracteres), evidenciando o atendimento desse pressuposto.

Em relação ao teste para avaliar a existência de heterocedasticidade, os testes de White indicaram que os modelos utilizando o Patrimônio Líquido e Receita para mensurar a variável dependente apresentaram

violação desse pressuposto. Para correção, as regressões desses modelos consideraram os erros padrão robustos (HAC).

Por fim, realizou-se o diagnóstico para se identificar a abordagem mais apropriada para as regressões com dados em painel. Utilizou-se o teste de Chow (modelo *pooled* x modelo de efeitos fixos), o teste de Breusch-Pagan (modelo *pooled* x modelo de efeitos aleatórios) e o teste de Hausman (modelo de efeitos aleatórios x modelo de efeitos fixos) (Pindyck & Rubinfeld, 2004). Os resultados estão demonstrados na Tabela 5 e indicaram a utilização de efeitos aleatórios em todos os três modelos.

Tabela 5
"Diagnóstico de painel".

Modelo (<i>proxy</i>)	Testes	P-valor ¹	Diagnóstico
Ativo Total	Chow	0,00000	Efeitos Fixos
Ativo Total	Breusch-Pagan	0,00000	Efeitos Aleatórios
Ativo Total	Hausman	0,54502	Efeitos Aleatórios
Patrimônio Líquido	Chow	0,00000	Efeitos Fixos
Patrimônio Líquido	Breusch-Pagan	0,00000	Efeitos Aleatórios
Patrimônio Líquido	Hausman	0,20263	Efeitos Aleatórios
Receita	Chow	0,00000	Efeitos Fixos
Receita	Breusch-Pagan	0,00000	Efeitos Aleatórios
Receita	Hausman	0,32004	Efeitos Aleatórios

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota: (1) foi utilizada a significância de 5% para decisão.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Para atender aos objetivos propostos e responder às hipóteses formuladas, são apresentados nesta seção os resultados obtidos por meio das análises descritivas e regressões, bem como suas respectivas análises. Inicialmente, apresenta-se a estatística descritiva, com a finalidade de se entender o comportamento da divulgação dos itens imateriais nas notas explicativas das empresas petrolíferas ao longo dos anos do período amostral, com base nas variáveis dependentes, conforme dados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6
"Estatística descritiva da quantidade de itens imateriais divulgados nas notas explicativas das empresas petrolíferas da amostra".

Proxy	Ano	Total de Itens Imateriais	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Ativo Total	2015	172	12	10	5	8	24
Ativo Total	2016	204	15	12	5	7	23
Ativo Total	2017	190	14	14	5	6	24
Ativo Total	2018	207	15	15	6	4	27
Ativo Total	2019	227	16	17	5	6	23
Ativo Total	2020	207	15	16	5	4	22
Ativo Total	2021	223	16	16	6	4	26

Continua ...

Continuação da tabela 6

Proxy	Ano	Total de Itens Imateriais	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Patrimônio Líquido	2015	139	11	10	4	5	20
Patrimônio Líquido	2016	165	13	10	4	8	22
Patrimônio Líquido	2017	157	12	11	4	6	19
Patrimônio Líquido	2018	169	14	14	5	4	20
Patrimônio Líquido	2019	185	13	16	5	4	21
Patrimônio Líquido	2020	161	12	14	5	2	20
Patrimônio Líquido	2021	167	13	14	5	3	20

Proxy	Ano	Total de Itens Imateriais	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Receita	2015	96	7	5	5	2	20
Receita	2016	132	9	8	5	2	20
Receita	2017	128	9	9	5	3	18
Receita	2018	155	11	11	6	2	22
Receita	2019	151	11	10	6	3	22
Receita	2020	119	9	10	4	1	15
Receita	2021	165	12	13	6	3	25

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota: Ativo Total e Receita: 14 empresas; Patrimônio Líquido: 13 empresas (Lundin Energy AB foi excluída por apresentar Patrimônio Líquido negativo).

A Tabela 6 mostra a quantidade de itens imateriais apresentados nas Notas Explicativas para cada ano, conforme referenciado no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados do Exercício. Nela é possível perceber que houve uma constância dos dados ao longo dos anos para as empresas estudadas, inferindo que elas vêm divulgando praticamente a mesma quantidade de itens imateriais nas notas explicativas ao longo dos anos. Curiosamente, os anos de 2018 e 2019 foram aqueles que tiveram picos de divulgação de itens imateriais, quando se esperava o contrário, ou seja, uma redução na quantidade de itens imateriais em função das orientações trazidas na revisão do conceito de materialidade. Além disso, o ano de 2020, afetado pela pandemia da COVID-19, de maneira geral, teve comportamento de queda na quantidade de itens imateriais divulgados.

Também é possível observar que as empresas divulgaram pelo menos um item imaterial nas notas explicativas ao longo do tempo, mostrando, na prática, que é usual a divulgação de itens imateriais, o que pode ser constatado ao observar a quantidade máxima de itens imateriais da amostra, que na maioria dos anos somou mais de vinte itens imateriais divulgados. Para corroborar essa análise, os dados da Tabela 7 apresenta o quanto das notas explicativas foi destinado para a divulgação de itens imateriais.

Tabela 7

“Participação dos itens imateriais em relação ao total de itens divulgados nas notas explicativas”.

Proxy	Ano	Total de Itens ¹	Total de Itens Imateriais	Percentual de Itens Imateriais
Ativo Total	2015	435	172	40%
Ativo Total	2016	483	204	42%
Ativo Total	2017	498	190	38%
Ativo Total	2018	505	207	41%

Continua ...

Continuação da tabela 7

Proxy	Ano	Total de Itens ¹	Total de Itens Imateriais	Percentual de Itens Imateriais
Ativo Total	2019	529	227	43%
Ativo Total	2020	530	207	39%
Ativo Total	2021	550	223	41%
Patrimônio Líquido	2015	405	139	34%
Patrimônio Líquido	2016	449	165	37%
Patrimônio Líquido	2017	462	157	34%
Patrimônio Líquido	2018	471	169	36%
Patrimônio Líquido	2019	491	185	38%
Patrimônio Líquido	2020	490	161	33%
Patrimônio Líquido	2021	511	167	33%
Receita	2015	435	96	22%
Receita	2016	483	132	27%
Receita	2017	498	128	26%
Receita	2018	505	155	31%
Receita	2019	529	151	29%
Receita	2020	530	119	22%
Receita	2021	550	165	30%
Média		492	168	34%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota: (1) representa o total de itens divulgados na nota explicativa referente ao Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados do Exercício.

Conforme pode ser observado na Tabela 7, uma parte significativa das notas explicativas é utilizada para a divulgação de itens imateriais constantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados do Exercício. A média (34%) indica que mais de um terço das notas explicativas são destinadas para esse fim, sendo que em alguns anos chegou a 43%, indicando que há um número elevado de itens imateriais sendo divulgados e “tomando espaço” das notas explicativas.

Ainda que a pesquisa de Castro et al. (2019) tenha amostra e período de estudo distinto desta pesquisa, utilizando-a como parâmetro de comparação entre o segmento petrolífero mundial e o da indústria alimentícia brasileira, eles apuraram um percentual médio de 31% considerando Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício, indicando certa similaridade, ou seja, não necessariamente é uma característica do setor.

Nesse sentido, as evidências preliminares não contribuem para a aceitação da hipótese H_1 , pois não houve redução do tamanho das Notas Explicativas das empresas petrolíferas após a revisão das orientações sobre a materialidade realizada pelo IASB.

4.2 Análise das Variáveis Dependentes

Sobre a correlação entre as variáveis dos modelos, de forma geral, é possível verificar indícios sobre a relação estabelecida entre as três variáveis dependentes para o número de itens imateriais (IMatAT, IMatPL e IMatRec) com as variáveis explicativas, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8

"Matriz de correlação entre as variáveis do modelo".

	IMatAT	IMatPL	IMatRec	DMAT	LnCarac	DRisLit	CEOTenure	ROA	SIZE
IMatAT	-	-	-	0,1795	0,2743	0,1816	-0,0884	0,1391	0,3280
IMatPL	-	-	-	0,1352	0,1421	0,1676	0,0688	0,2322	0,3197
IMatRec	-	-	-	0,1950	0,2540	0,2590	0,0358	0,3389	0,3286
DMAT	0,1795	0,1352	0,1950	-	0,0486	0,0179	-0,2703	0,2637	-0,0002
LnCarac	0,2743	0,1421	0,2540	0,0486	-	0,2507	-0,1707	-0,0320	0,4593
DRisLit	0,1816	0,1676	0,2590	0,0179	0,2507	-	0,1206	0,1252	-0,0920
CEOTenure	-0,0884	0,0688	0,0358	-0,2703	-0,1707	0,1206	-	0,0419	-0,1159
ROA	0,1391	0,2322	0,3389	0,2637	-0,0320	0,1252	0,0419	-	-0,0206
SIZE	0,3280	0,3197	0,3286	-0,0002	0,4593	-0,0920	-0,1159	-0,0206	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 8, a maior correlação obtida foi entre a variável quantidade de caracteres (IMatRec) e a variável de tamanho (ROA), com 0,3289. Dessa maneira, é possível inferir que o modelo proposto não apresenta problemas de multicolinearidade. Para Gujarati e Porter (2011), as variáveis são consideradas altamente correlacionadas quando os coeficientes de correlação são superiores a 0,80.

A princípio, a correlação entre as variáveis dependentes e as variáveis independentes LnCarac e SIZE apresentam sinal conforme previsto. Por outro lado, DMAT e ROA seguem comportamento inverso ao previsto. No caso de DMAT é mais uma evidência de que não ocorreu redução do tamanho das notas explicativas após a revisão do conceito de materialidade, como já evidenciam as estatísticas descritivas.

Quanto as correlações da variável DRisLit, considerando IMatAT (18%) e IMatRec (26%) e da variável CEOTenure, para o caso da IMatAT (-9%), o sinal apresentado está de acordo com o desenvolvimento teórico realizado. Na Tabela 9, são apresentados os resultados dos modelos estabelecidos para a pesquisa.

Tabela 9

"Resultado das regressões com dados em painel".

Variáveis Esperado	Sinal	Modelo 1 (IMatAT)	Modelo 2 (IMatPL)	Modelo 3 (IMatRec)
DMAT (0,89206)	(-)	2,09495 **	1,36898 (1,01113)	1,20986 (1,01057)
LnCarac (0,00000)	(+)	0,00000 *	0,00000 (0,00000)	0,00000 * (0,00000)
DRisLit (1,44648)	(+)	1,68478	0,23726 (1,19647)	4,69306 ** (2,31531)
CEOTenure (1,22381)	(-)	1,86930	1,92226*** (0,627971)	0,17404 (1,42868)
ROA (7,48838)	(-)	5,75002	10,4137 (6,90498)	27,7540 *** 4,44587

Continua ...

Continuação da tabela 9

Variáveis Esperado	Sinal	Modelo 1 (IMatAT)	Modelo 2 (IMatPL)	Modelo 3 (IMatRec)
SIZE (0,00036)	(+)	0,00000	0,00000 (0,00032)	0,00000 (0,00038)
Constante (1,62041)	-	6,77950 ***	6,51735*** (1,34180)	1,19857 (1,86354)
R-quadrado		0,1952	0,2015	0,3093
Estatística F		6,6480***	5,0620***	10,3842***
Nº de Observações		98	91	98
Modelo Paineis		Efeitos Aleatórios	Efeitos Aleatórios	Efeitos Aleatórios

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota 1: IMatAT = itens imateriais com base no critério do Ativo Total (1,5%); IMatPL = itens imateriais com base no critério do Patrimônio Líquido (2,5%); IMatRec = itens imateriais com base no critério da Receita (1%); DMAT = *dummy* que assume 0 para os anos 2015, 2016 e 2017 e valor 1 para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021; LnCarac = logaritmo natural da quantidade de caracteres das notas explicativas; DRisLit = *dummy* que assume 0 para os países que estão sob o regime *Common Law* e 1 para os países *Code Law*; CEOTenure = *dummy* que assume 0 para CEO com menos de 5 anos no cargo e 1 para CEO com mais de 5 anos no cargo; ROA = o retorno sobre o ativo; SIZE = volume de reservas provadas (1P).

Nota 2: significâncias dos coeficientes iguais a *** (sig. a 1%); ** (sig. a 5%) e * (sig. a 10%). Erros padrão entre parênteses.

Conforme dados apresentados na Tabela 9, não se pode afirmar que após a alteração do conceito materialidade a divulgação de itens imateriais diminuiu, pelo contrário, pois as evidências, considerando o modelo IMatAT, a *dummy* indicativa do período de interesse em investigação (DMAT), apresentou significância e relação positiva, diferentemente do esperado, ou seja, no período pós alteração observa-se um aumento de 2,09495 na quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, comparando-se ao período antes da alteração normativa empregada pelo IASB. Essa evidência confirma, inclusive, a análise de correção realizada (Tabela 8).

Ainda que apresentem escopo e período amostral distintos, pode-se observar que os resultados se alinham aos achados e conclusões de Castro et al. (2019) de que não houve uma curva de aprendizado, no sentido de se reduzir a quantidade de itens imateriais. Ademais, esperava-se uma relação considerando o comportamento dos seus preparadores no que diz respeito à escolha das informações relevantes, em relação ao julgamento e a decisão de divulgar ou não uma informação, assim como explicado na teoria da divulgação (Verrecchia, 2001).

Sobre o tamanho das Notas Explicativas, analisando a *proxy* quantidade de caracteres (LnCarac), esperava-se que houvesse uma relação positiva, dado a expectativa de uma diminuição no número de caracteres implicaria também na redução da divulgação de itens imateriais, focando-se nas informações relevantes. A variável mostrou-se significativa e com coeficiente positivo em dois modelos de estudo IMatAT e IMatRec, *a priori*, em favor da hipótese formulada. Contudo, apesar de estatisticamente significativa, a variável tem impacto econômico nulo na quantidade de itens imateriais divulgados, dado que o coeficiente tende a zero.

Frente aos resultados obtidos para as variáveis DMAT e LnCarac, alinhado com a análise anterior tendo por base os dados contidos nas Tabelas 8 e 9, não existem evidências robustas que possam sustentar a hipótese de que houve redução na diminuição da divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas após a revisão das orientações sobre a materialidade realizada pelo IASB, levando a rejeição da hipótese H₁.

A expectativa para a *dummy* Risco de Litígio (RisLit) era que se apresentasse relação positiva. A expectativa se confirmou com o modelo considerando IMatRec, significante a 5%. O resultado explica que países tipicamente com alto risco de litígio, no caso países *code law*, tendem a divulgar mais

informações. Assim, observou-se o impacto de 4,69306 itens imateriais divulgados a mais por empresas petrolíferas caso sua sede seja em países *code law*. O resultado corrobora os achados de D'Adduzio (2020), dado que a divulgação de informações de baixa materialidade, ou seja, maior quantidade de informações imateriais, está, segundo a autora, positivamente associada com incertezas macroeconômicas, risco de litígio no nível da empresa e aversão ao risco no nível do gerente. O estudo também sugere que países que estão sob o sistema *commom law* são orientados a produzirem somente informações úteis aos investidores, como confirmado por Holanda (2015).

Assim, os resultados alcançados em relação à variável DRisLit é a de que as evidências indicam que a hipótese de que o sistema jurídico adotado pelos países, onde as empresas petrolíferas estão sujeitas a um risco maior de litígios, está associado à maior divulgação de itens imateriais, levando a não rejeição da hipótese H₂.

A *dummy* Tempo de Mandato (CEOTenure) retornou coeficiente positivo e significância estatística a 1% para o modelo considerando a variável dependente IMatPL para itens imateriais, resultado que contraria a expectativa de H₃. Os resultados, assim, indicam que CEO das empresas petrolíferas com mais tempo de mandato acabam divulgando mais informações imateriais em suas notas explicativas, ou seja, empresas com CEO que possuem 5 anos ou mais de mandato divulgam 1,92226 itens imateriais a mais que empresas petrolíferas com CEO com menos de 5 anos de mandato. Em D'Adduzio (2020), não se apurou associação estatisticamente significativo entre o mandato do CEO e a materialidade da divulgação. Aqui, apesar da significância, a hipótese H₃ não pode ser aceita em função da direção da associação observada (positiva).

Quanto ao Retorno sobre o Ativo (ROA), o entendimento era a de que houvesse uma relação negativa, dado a hipótese de que o baixo desempenho empresarial leva ao aumento da quantidade de itens imateriais divulgados. No entanto, o coeficiente retornou resultado positivo e significativo a 1% no modelo IMatRec, indicando que quanto maior for o retorno sobre o ativo, tem-se um impacto de 27,754 nos itens imateriais divulgados, contrariando, portanto, a perspectiva de que as empresas divulgam informações com menor materialidade para ofuscar o desempenho insatisfatório. Assim, os resultados apurados levam a rejeição da hipótese H₄.

Por fim, no que diz respeito à *proxy* para o Tamanho (SIZE), entendeu-se que havia uma relação positiva para o modelo, porque era esperado que grandes empresas, ou seja, aquelas que possuem maiores reservas de óleo e gás, divulgassem mais informações imateriais, pois são consideradas mais arriscadas no mercado, devido à atratividade de investidores (D'Adduzio, 2020). Todavia, a variável retornou com resultados estatisticamente não significativos, não suportando a hipótese H₅ formulada e as evidências de Holanda (2015).

A Tabela 10 apresenta o resultado consolidado quanto as hipóteses de pesquisas e que, quanto ao objetivo de se levantar se a divulgação de itens imateriais diminuiu, as evidências apontam para o contrário, a não ser quanto a característica do regime jurídico típico dos países, que seguiu predito na literatura e influência no nível de divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas.

Tabela 10
"Consolidação da avaliação das hipóteses de pesquisa".

Variáveis	Hipótese	Resultado
Tamanho das Notas Explicativas (DMAT / LnCarac)	H ₁	Rejeitada
Risco de Litígio (DRisLit)	H ₂	Não pode ser rejeitada
Anos de gestão do CEO (CEOTenure)	H ₃	Rejeitada
Desempenho (ROA)	H ₄	Rejeitada
Tamanho (SIZE)	H ₅	Rejeitada

Fonte: Dados da Pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo determinar se a quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas reduziu após a revisão proposta do conceito de materialidade divulgado no *Conceptual Framework* em 2018, bem como estabelecer quais características dessas empresas estão associadas a divulgação de itens não materiais. Com a finalidade de viabilizar a proposta de pesquisa, estipulou-se um modelo econométrico com base nos critérios de 1,5% do Ativo Total, 2,5% do Patrimônio Líquido e 1% da Receita para definição dos itens irrelevantes/imateriais divulgados no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados do Exercício.

Por meio do estudo, verificou-se que há uma quantidade elevada de itens imateriais sendo divulgados nas empresas petrolíferas, passando da média de 40% de itens imateriais em alguns anos do período estudado. O alto percentual apurado pode ser explicado pela não aplicação, pelos preparadores das demonstrações contábeis, do novo conceito de materialidade divulgado em 2018 na *Conceptual Framework*. Tal fato pode acarretar desvio de atenção das informações que realmente são materiais e relevantes, assim como em análises desnecessárias por parte dos usuários dessas demonstrações contábeis. Adicionalmente, os testes econométricos indicaram que somente a hipótese formulada para o Risco de Litígio (RisLit) não pode ser rejeitada, concluindo que existem evidências para sustentar a hipótese de que o sistema jurídico adotado pelos países, onde as empresas petrolíferas estão sujeitas a um risco maior de litígios, está associado à maior divulgação de itens imateriais.

O pressuposto básico que sustenta a pesquisa é a de que as informações divulgadas sejam úteis, relevantes e que contribua para a redução da assimetria informacional, principalmente após a revisão do conceito de materialidade no *Conceptual Framework* em 2018. Dessa forma, o presente estudo entende que as empresas petrolíferas vêm divulgando um elevado número de itens imateriais em suas Notas Explicativas, podendo ser explicado, conforme literatura explorada, em função das sucessivas repetições de informações de anos anteriores, sem a realização de revisões sobre as informações que são realmente materiais.

A quantidade de informações imateriais divulgadas nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas sugere que ainda há um longo caminho a ser percorrido pelos órgãos normatizadores, no sentido de tornar as Notas Explicativas mais assertivas quanto à qualidade das informações divulgadas, direcionando o olhar para as informações que realmente são relevantes para as companhias e atendendo ao objetivo de produzir informações úteis para os seus usuários.

Essas conclusões confirmam as preocupações dos órgãos nacionais e internacionais e fomentam debates acerca do tamanho excessivo das Notas Explicativas. Mas também mostram que as ações desses órgãos ainda falham nesse sentido, sendo essencial que o assunto seja constantemente revisitado pelos órgãos normatizadores, tais como IASB, FASB e CPC, no sentido de fomentar um debate sobre os critérios quantitativos, ou definições de percentuais para aplicação da materialidade, partindo de uma análise baseada em dados concretos, como demonstrados nessa pesquisa.

Sobre a limitação do estudo, ressalta-se a seleção da amostra, a qual foi realizada de maneira não probabilística e implicou na exclusão de companhias que não atenderam aos critérios metodológicos estabelecidos. Além disso, a mensuração dos itens considerados imateriais seguiu uma metodologia específica por falta de definição normativa, dado tratar-se de matéria que em implica em julgamento profissional, baseando-se na teoria da divulgação, conforme Verrecchia (2001). Assim, os resultados se limitam aos critérios utilizados. Por fim, podem existir outras características não capturadas nesta pesquisa que explicam a divulgação de itens não materiais nas Notas Explicativas.

Como sugestão para futuras pesquisas, propõe-se ampliar o número de empresas, considerando outros setores econômicos de empresas com sede em outros países, ou voltado para o mercado brasileiro. Desenvolver um estudo com a finalidade de se determinar parâmetros quantitativos para a aplicação da materialidade, possibilitando uma padronização e uma melhor comparabilidade entre as empresas, além de tornar a sua aplicação menos subjetiva sobre a determinação das informações materiais.

REFERÊNCIAS:

- Avi, Maria S. (2022). Materiality and relevance in financial reporting: Interpretation problems and solutions adopted internationally. *International Journal of Accounting and Finance Studies*, 5(3), 1-60. <http://dx.doi.org/10.22158/ijafs.v5n2p1>.
- Castro, L. A., Leôncio, Y. J. D. S., Silva, R. B., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2019). Aspectos Quantitativos de Materialidade das Informações Divulgadas nas Demonstrações Contábeis e nas Notas Explicativas de Empresas Brasileiras da Indústria de Alimentos Processados. *Enfoque Reflexão Contábil*, 38(2), 15-32.
- Cunha, L. M. S., & Ribeiro, M. S. (2016). A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidenciação contábil. *Revista Universo Contábil*, 12(4), 86-106.
- D'Adduzio, J. (2020). The magnitude of quantitative disclosure in annual reports. *Disponível em SSRN*. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3705513>.
- European Financial Reporting Advisory Group. (2012). Towards a disclosure framework for the notes – discussion paper. https://www.efrag.org/Assets/Download?assetUrl=%2Fsites%2Fwebpublishing%2FSiteAssets%2F121015_Disclosure_Framework_-_FINAL1.pdf
- Fávero, L. P. L. (2013). Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. *Brazilian Business Review*, 10(1), 131–156.
- Financial Accounting Standards Board. (2014). Proposed Statement of Financial Accounting Concepts, Conceptual Framework for Financial Reporting, Chapter 8: Notes to Financial Statements. https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1176163868268&acceptedDisclaimer=true.
- Fortune. (2021). Fortune Global 500. <https://fortune.com/ranking/global500/2021/search/>.
- Gomes, M., Ferreira, R., & Martins, V. (2019). O impacto da OCPC 07 sobre o tamanho e a legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 162-184.
- Gujarati, D. N. (2006) *Econometria Básica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. 5. Ed. Amgh Editora. Holanda, S.
- D. S. P. (2015). Investigação da relação entre disclosure, materialidade e origem legal dos países: um estudo de transações com partes relacionadas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE.
- International Financial Reporting Standards. (2018). IFRS Practice Statement 2: Making Materiality Judgements <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/materiality-practice-statement/> .
- International Accounting Standards Board (IASB). (2011). *IAS 1*. Disponível em [https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards/english/2022/issued/part-a/ias-1-presentation-of-financial-statements.pdf?bypass=on#:~:text=International%20Accounting%20Standard%201%20Presentation%20of%20Financial%20Statements%20\(IA%20S%201,the%20paragraphs%20have%20equal%20authority](https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards/english/2022/issued/part-a/ias-1-presentation-of-financial-statements.pdf?bypass=on#:~:text=International%20Accounting%20Standard%201%20Presentation%20of%20Financial%20Statements%20(IA%20S%201,the%20paragraphs%20have%20equal%20authority).
- International Accounting Standards Board (IASB). (2013). The disclosure problem: setting the scene Discussion Forum – Disclosures in Financial Reporting Ian Mackintosh, Vice-chairman IASB. Disponível

em <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/meetings/2013/january/iasb-discussion-forum/disclosure-problem-setting-the-scene.pdf>.

International Accounting Standards Board (IASB). (2014). *Exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*. Disponível em <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/disclosure-initiative/disclosure-initiative-amendments-to-ias-1/exposure-draft/ed-disclosure-initiative-amendments-ias-1-march-2014.pdf>.

International Accounting Standards Board (IASB). (2018). *Conceptual Framework for Financial Reporting*. Disponível em <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/conceptual-framework/#:~:text=The%20Conceptual%20Framework%20sets%20out%20the%20fundamental%20concepts,useful%20information%20for%20investors%20C%20lenders%20and%20other%20creditors>.

International Financial Reporting Standards (IFRS). (2021). *Who we are?* Disponível em <https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/#history>.

Iudícibus, S. D., Martins, E., & Gelbcke, E. R. (2000). *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*, 5. ed. São Paulo, editora Atlas.

Klann, R. C., Santos, A. C., & Starosky Filho, L. (2014). Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no value relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 95-118.

Lourenço, I. C. (2014). Notas explicativas: uma visão internacional. *Revista FIPECAFI*, 1, 10-15.

Malaquias, F. F. O., & Silveira, C. C. (2020). P-port index: uma medida baseada em princípios linguísticos para análise da facilidade de leitura de relatórios financeiros. *Revista Universo Contábil*, 15(3), 133-146.

Martins, E. A. (2016). Notas explicativas e demonstrações sem embromação. *Revista Capital Aberto*. <https://capitalaberto.com.br/temas/contabilidade-e-auditoria/notas-explicativas-e-demonstracoes-sem-embromacao/>.

Martins, G. A., & Théophilo, C. R. (2007). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas. <https://molgroup.info/en/investor-relations/publications#nav-annual-reports>.

Monteiro, J. J., Rengel, R., Sousa, A. M., & Borba, J. A. (2021). Não basta ler, é preciso compreender: um enfoque na legibilidade do resultado e do EBITDA. *Revista Universo Contábil*, 16(3), 31-49.

Pindyck, R. S., & Rubinfeld, D. L. (2004). *Econometria: modelos & previsões*. Elsevier.

Pinheiro, V. A. A., & Boscov, C. P. (2015) Análise de informações por segmento das empresas premiadas pelo Troféu Transparência ANEFAC/FIPECAFI/SERASA 2013. *Contexto, Porto Alegre*, 15(29), 96-112.

Pinheiro, P. B., Iudícibus, S., Salotti, B. M., & Galeale, N. V. (2017). A materialidade aplicada para a divulgação de informações nas notas explicativas. *Revista ENIAC Pesquisa*, 6(2), 166-185.

Rainero, C., Modarelli, G., Migliavacca, A., & Coda, R. (2020). Early Traces of Materiality and Relevance Principles in Luca Pacioli's Tractatus XI. *International Journal of Business and Management*, 15(9).

Santos, A. C., Starosky Filho, L., & Klann, R. C. (2014). Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no value relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 95-118.

Santos, E. S., Calixto, L., & Bispo, M. F. (2019). Impacto da nova diretriz do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 07) sobre o downsizing de notas das empresas. *Revista Contabilidade e Finanças*, 30(79), 58-72.

Santos, E. S., Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P. V. R. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2014): Índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*. 25(65).

Stevenson, W. J. (2001). *Estatística aplicada à administração*. 1. ed. São Paulo: Harbra.

Torelli, R., Balluchi, F., & Furlotti, K. (2020). The materiality assessment and stakeholder engagement: A content analysis of sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 470-484.

S&P Global Platts Top 250 Global Energy Company Rankings. (2020). <https://www.spglobal.com/platts/top250/rankings/2020>.

Vargas, L. A., Menegon, R., Mazzioni, S., & Dal Magro, C. B. (2020). Influência da idade e do tempo de mandato dos CEO em opções tributárias mais agressivas. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(4), 116-127.

Verrecchia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180.

Endereço dos Autores:

Av. Pasteur, 250, sala 2050. Urca, CEP: 22290-240
Rio de Janeiro – RJ - Brasil